



demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

1º SEMESTRE DE 2026

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1º SEMESTRE DE 2026

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESES - SFB, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2026, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

1. COMENTÁRIO ECONÔMICO

O segundo trimestre de 2026 trouxe novos contornos para o cenário macroeconômico, evidenciando readequações nas trajetórias de crescimento e pressões inflacionárias persistentes. O PIB mundial apresentou uma leve desaceleração, com a projeção de crescimento anual revisada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de 3,1% para 3,0%, refletindo os riscos contínuos de fragmentação comercial e conflitos geopolíticos. Em contrapartida, o PIB nacional demonstrou forte tração, levando o FMI a elevar expressivamente a projeção de crescimento do Brasil de 1,9% para 2,4% no ano, assim como o Banco Central que elevou de 1,6% para 2,0% a projeção para 2026. Esse aquecimento da atividade econômica, contudo, conviveu com um IPCA que registrou crescimento acumulado de 1,42% no segundo trimestre, indicando uma desaceleração no ritmo de aumento de preços em relação ao início do ano. Diante desse cenário econômico ainda aquecido, o Banco Central optou por uma postura cautelosa, mas deu continuidade ao processo de flexibilização monetária gradual, reduzindo a taxa Selic para 14,25% ao ano na reunião de junho.

Regionalmente, os desafios no controle de preços também se repetiram no cenário local, onde o IPCA na Grande Vitória acumulou um avanço de 1,26% no segundo trimestre, pressionado fortemente pelos custos logísticos e de combustíveis na cadeia de abastecimento. Embora o estado encerre o período em posição estratégica no comércio exterior, a taxa de juros restritiva em nível nacional e o custo de vida elevado passam a atuar como fatores de monitoramento essencial devido ao potencial impacto sobre o consumo e os investimentos regionais a longo prazo.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

Consolidado como um pilar da economia capixaba, o Banestes reafirma no segundo trimestre de 2026 e no primeiro semestre de 2026 sua trajetória de crescimento sustentável.

- ✓ No segundo trimestre, o Lucro Líquido atingiu R\$ 124 milhões (acumulando R\$ 222 milhões no 1S2026); o resultado, embora impactado pelo cenário de juros (Selic) que manteve elevadas as despesas financeiras do trimestre (+11,1% em 12 meses e +2,7% em 3 meses), reflete uma postura prudencial. O Faturamento¹ no período (2T2026) foi de R\$ 1,6 bilhão (+10,8% em 12 meses e +1,4% em 3 meses), impulsionado pelo dinamismo das receitas oriundas de Tesouraria² (+12,6% em 12 meses e +3,6% em 3 meses) e das receitas de Empréstimos e Recebíveis (+8,7% em 12 meses e +3,3% em 3 meses).
- ✓ Este período (2T2026) registrou provisões de *impairment* de R\$ 44 milhões (acumulando R\$ 143 milhões no semestre), visando a perenidade da Companhia diante da atualização e revisão dos modelos de risco de crédito e de ativos financeiros. A eficiência operacional do semestre foi de 49,6% e no conceito ajustado ao

¹ Total das receitas financeiras, das receitas de serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, do resultado de seguros e previdência e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

² Total das receitas com caixa e equivalentes de caixa, crédito a instituições financeiras e títulos de investimento.

risco de 57,5%, patamares que reforçam o compromisso com uma gestão austera e voltada à sustentabilidade do negócio;

- ✓ As despesas de pessoal somaram R\$ 147 milhões no trimestre (+10,4% em 12 meses e +4,6% em 3 meses), somando R\$ 288 milhões e estável no acumulado do ano (+0,1% em 12 meses). O controle rigoroso das despesas administrativas e o investimento planejado em tecnologia e infraestrutura visam a racionalização de custos sem abdicar da excelência no atendimento. As outras despesas administrativas totalizaram R\$ 112 milhões no trimestre (+7,5% em 12 meses e -2,9% em 3 meses). O índice de cobertura geral de 36,8% no trimestre e 37,6% (+2,2 p.p.) no semestre do ano evidencia que os esforços de otimização caminham em paralelo ao fortalecimento operacional;
- ✓ A estratégia de diversificação apresentou resultados expressivos, com o resultado de serviços e comissões atingindo R\$ 56 milhões no trimestre (+7,7% em 12 meses e -3,2% em 3 meses) e R\$ 115 milhões no acumulado do semestre (+16,2% em 12 meses). O desempenho no 1S2026 foi impulsionado pelas receitas geradas com corretagem de seguros, previdência e capitalização (+65,2% em 12 meses), com taxa de distribuição e administração de fundos (+46,8% em 12 meses) e o resultado com cartões de crédito/débito (+26,5% em 12 meses), mesmo diante de despesas com comercialização e corretagem de seguros/previdência somando R\$ 33 milhões no período (+45,1% em 12 meses);
- ✓ No 2T2026, as despesas tributárias totalizaram R\$ 35 milhões (+10,1% em 12 meses e +4,0% em 3 meses), acompanhando a evolução do faturamento e das receitas operacionais. No semestre, o valor de despesas tributárias alcançou R\$ 68 milhões (+10,2 % em 12 meses). Os impostos correntes e diferidos totalizaram R\$ 39 milhões no trimestre (acumulando R\$ 60 milhões no semestre), refletindo o aproveitamento estratégico de benefícios fiscais para otimizar o resultado líquido da Instituição;
- ✓ A robustez da estrutura de capital reflete-se em um Patrimônio Líquido de R\$ 2,5 bilhões, registrando uma expansão de 6,3% em 12 meses e de +3,7% em relação ao quarto trimestre de 2025. Este fortalecimento é evidenciado pela manutenção de índices de solvência superiores aos requisitos regulatórios, com um Capital Social de R\$ 1,9 bilhão e com o índice de baseleia fixando-se em 14,9%. No âmbito da rentabilidade, o período entregou um ROE³ de 18,2% e um ROA⁴ de 1,1%, reafirmando a capacidade de gerar retornos consistentes. Reforçando o compromisso com a geração de valor, o resultado por ação no trimestre foi de R\$ 0,36 (acumulando R\$ 0,64 no semestre);
- ✓ O encerramento do trimestre (2T2026) confirmou a solidez institucional, com o Ativo Total expandindo 9,1% em doze meses e +6,9% em relação ao quarto trimestre do exercício de 2025, chegando a R\$ 42,4 bilhões, sustentado pela robusta posição financeira dos recursos em Tesouraria⁵ com R\$ 26,2 bilhões (+10,4% em 12 meses e +10,2% em 6 meses). A posição financeira de Empréstimos e Recebíveis alcançou R\$ 12,5 bilhões, crescendo 4,4% em doze meses e +2,1% contra o quarto trimestre de 2025, demonstrando a importância da operação do BANESTES no cenário local;
- ✓ A Carteira de Crédito a Clientes encerrou o período (2T2026) com o saldo de R\$ 13,0 bilhões (+3,8% em 12 meses e +1,8% em 6 meses), refletindo o dinamismo comercial em todos os segmentos. Os destaques na carteira comercial ficaram por conta das operações com Pessoas Físicas, que alcançaram R\$ 9,0 bilhões (+4,9% em 12 meses e +2,6% em 6 meses). As operações com Pessoas Jurídicas avançaram para R\$ 4,0 bilhões (+1,4% em 12 meses e +0,3% em 6 meses). A Instituição privilegia ativos de alta colateralização, garantindo um perfil de risco defensivo. Em sua visão ampliada, que inclui títulos privados com característica

³ Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos patrimônios líquidos de junho de 2026 e junho de 2025.

⁴ Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos ativos totais de junho de 2026 e junho de 2025.

⁵ Total dos saldos com aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes líquidos de provisão para perdas - créditos a instituições financeiras e instrumentos de dívida e patrimônio e com ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - créditos a instituições financeiras e instrumentos de dívida.

de crédito e garantias, o saldo alcançou R\$ 14,7 bilhões, evidenciando a escala da operação bancária regional da Companhia. O Banco mantém foco rigoroso na sofisticação de suas políticas de concessão de crédito, priorizando garantias de alta qualidade e a eficiência na recuperação de ativos;

- ✓ A confiança do mercado refletiu-se no desempenho da captação, com os depósitos de clientes atingindo um saldo de R\$ 25,7 bilhões (+8,5% em 12 meses e +6,7% em 6 meses). Este avanço foi sustentado pela expansão dos depósitos a prazo que atingiram R\$ 19,9 bilhões (+11,3% em 12 meses e +8,2% em 6 meses). Estrategicamente, o Banco mantém fontes diversificadas de financiamento, com recursos de instituições financeiras totalizando R\$ 11,0 bilhões (+13,5% em 12 meses e +9,5% em 6 meses) e com títulos de dívida emitidos somando R\$ 1,5 bilhão (+2,1% em 12 meses e +18,8% em 6 meses);
- ✓ A solidez financeira do BANESTES é atestada pelas principais agências globais de classificação de risco. A Fitch Ratings reafirmou o rating nacional de longo prazo do Banco em 'AA+(bra)', com perspectiva estável, destacando o perfil de negócios resiliente e a sólida capitalização. Simultaneamente, a Moody's Local Brasil atribuiu ao BANESTES o rating de emissor e de depósito de longo prazo em 'AA.br' com perspectiva positiva, fundamentada na qualidade dos ativos, na robusta estrutura de liquidez e na importância estratégica da instituição no cenário regional; e
- ✓ A Base de Relacionamento BANESTES encerrou o 2T2026 com uma expansão de 2,8% frente ao mesmo período do ano anterior, alcançando o marco de 1.473.886 clientes. Esse crescimento é sustentado pelo avanço de 2,6% no segmento de pessoas físicas e pela evolução de 5,2% no segmento de pessoas jurídicas. Paralelamente, o número de contas correntes subiu 4,3%, atingindo 1.106.397 contas, enquanto as contas de poupança registraram um incremento de 0,9%, totalizando 659.833 contas no período.

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O Banestes reafirma seu compromisso com a excelência operacional ao consolidar a convergência entre os modelos físico e digital, estratégia essencial para atender aos diversos perfis de clientes e garantir a estabilidade institucional. No segundo trimestre de 2026, a preferência dos usuários pelos meios remotos seguiu evidente, com o Aplicativo Banestes ultrapassando a marca de 50 milhões de transações. Simultaneamente, as transações financeiras nos canais digitais apresentaram uma expansão de 3,0% em relação ao mesmo período de 2025, superando 21 milhões de operações. Essa maturidade digital é suportada por uma rede física estratégica de 725 pontos de atendimento em todo o Espírito Santo, sendo 148 agências e postos, 268 unidades eletrônicas e 309 correspondentes.

No campo da Tecnologia da Informação e Comunicação, a Instituição deu continuidade ao seu plano de investimento, totalizando R\$ 27 milhões em CAPEX no acumulado do primeiro semestre de 2026 (sendo R\$ 13 milhões aplicados no 2T2026). Esses aportes viabilizaram a modernização da infraestrutura de dados para BI, *Analytics* e Inteligência Artificial, além da atualização do ambiente de virtualização, assegurando alta disponibilidade para serviços críticos como Pix e *Internet Banking*. Como resultado direto da maturação de novas metodologias e da capacitação das equipes, o Banco manteve uma redução de 39,0% no tempo de entrega de soluções digitais.

A agenda de inovação e agilidade registrou avanços expressivos no período. No âmbito da inovação aberta e inteligência artificial, destacou-se a realização do 3º *Hackathon* Banestes, que reuniu 52 participantes internos e externos para a resolução de desafios de negócio, além do lançamento da Cartilha de Boas Práticas de Uso de IA Generativa, responsável por estabelecer diretrizes de produtividade e *compliance* em conformidade com as exigências regulatórias e de proteção de dados. Paralelamente, na frente de automação *low-code*, o programa interno de desenvolvimento ágil alcançou a marca de 58 aplicações criadas, gerando 2.229 acessos únicos no semestre. Nos projetos já mensurados, essa estratégia gerou uma economia de R\$ 3 milhões — o que representa uma redução de custo de 65,1% em relação ao modelo tradicional de fábrica de *software*. Entre as principais entregas do trimestre impulsionadas por essa frente estão a automação da adesão ao novo Plano de Cargos e Salários, a modernização da

gestão de correspondências, a criação de painéis operacionais de agências e o desenvolvimento de soluções voltadas para controle ergonômico, segurança e acompanhamento de metas.

No segmento de novos negócios, o Bizi manteve forte ritmo de expansão no 2T2026. Impulsionado pelas melhorias na jornada digital, pelas novas regras do consignado federal e pelo fortalecimento da marca nas redes sociais, o Bizi registrou crescimento de 35,5% no saldo da carteira de crédito e um salto de 99,6% nas novas concessões frente ao trimestre anterior. Na comparação com junho do ano passado, o saldo da carteira registrou uma expansão de 184,1%, reforçando a escalabilidade e a eficiência digital do negócio.

O segundo trimestre de 2026 se destacou pelo estímulo ao uso do cartão Banescard Visa e fidelização ativa dos clientes, com a implementação de campanhas de engajamento em massa de alta performance, desenhadas para maximizar o volume de transações e estreitar o nosso relacionamento.

O principal motor de valor do trimestre foi a estratégia de incentivo ao consumo, ancorada em duas grandes frentes: a campanha de aniversário de 4 anos do Banescard Visa e a promoção institucional “Banescard Visa em campo com você”, conectando o uso do cartão a benefícios tangíveis imediatos, como condições promocionais de acúmulo de milhas e pontos no Programa de Fidelidade, e a prêmios de até R\$ 10 mil para clientes que utilizassem o cartão em suas compras cotidianas. A eficiência dessa estratégia reflete-se diretamente no faturamento consolidado do Banescard Visa, que atingiu R\$ 2,7 bilhões no primeiro semestre de 2026.

Na agenda de Sustentabilidade (ESG), o Banestes consolidou iniciativas de ecoeficiência e responsabilidade social ao longo do período. No pilar de economia circular e gestão de resíduos, a Instituição firmou parcerias com associações locais para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos em sua sede administrativa, além de promover campanhas de logística reversa de lixo eletrônico, assegurar o descarte correto de periféricos sem fio e expandir o projeto Tampinha do Bem em prol da causa animal. Complementarmente, na frente de gestão de carbono, o Banco publicou seu segundo Inventário Corporativo de Gases de Efeito Estufa no Registro Público de Emissões, sendo reconhecido com o Selo Prata pela transparência e pelo rigor metodológico aplicados no acompanhamento de sua pegada ambiental.

No pilar de Gente e Gestão, o trimestre foi marcado pela integração de 23 novos empregados aprovados em concurso público e pelo lançamento da edição 2026 do programa de Seleção Interna para movimentação de colaboradores, reafirmando o compromisso de oferecer caminhos para evolução profissional na Instituição.

O Programa Cuidar 360° deu continuidade às ações de saúde física, mental e financeira. A agenda de responsabilidade social incluiu ações de voluntariado com arrecadações financeiras e doações de mantimentos, além de campanhas de conscientização sobre diversidade e prevenção do abuso infantil. Em Segurança do Trabalho, foram realizadas adequações ergonômicas e revisões de programas de gerenciamento de riscos psicossociais. Alinhado às atualizações legislativas, o Banestes promoveu também campanhas de orientação sobre a Lei nº 15.377/2026, assegurando o direito à ausência remunerada para exames preventivos de saúde, fortalecendo a cultura de diagnóstico precoce e a perenidade operacional.

Em observância às diretrizes de transparência e governança estabelecidas pela Lei nº 15.177/2025, o SFB apresenta o consolidado de seus indicadores de equidade de gênero, reforçando o compromisso com a diversidade e a equidade em todos os níveis organizacionais.

Nível Hierárquico	Mulheres	Total	Proporção Feminina
Diretoria	3	16	18,8%
Conselho	7	27	25,9%
Superintendentes e Gerente Geral	87	233	37,3%
Coordenador e Gerente Administrativo	163	349	46,7%
Operacional	649	1704	38,1%
Total Geral	909	2329	39,0%

Nível Hierárquico	Média Renda (Feminino)	Média Renda (Masculino)	Ratio
Diretoria	36.406,37	39.103,04	93,1%
Conselho	7.104,81	8.776,53	81,0%
Superintendentes e Gerente Geral	16.627,69	17.086,95	97,3%
Coordenador e Gerente Administrativo	11.802,16	12.417,81	95,0%
Operacional	9.040,74	8.074,55	112,0%

O SFB encerrou o exercício com 909 mulheres em seu quadro efetivo, representando 39,0% do contingente total de 2.329 colaboradores. Destaca-se o avanço qualitativo na estrutura de liderança intermediária e executiva, onde 87 colaboradoras ocupam posições de Gerência e Superintendência, consolidando a formação contínua para cargos de alta gestão. Nas esferas de decisão estratégica abrangendo a Diretoria e os Conselhos de Administração e Fiscal, a bancada feminina conta com 10 integrantes do total de 43 membros, atingindo uma representatividade de 23,3%.

No nível da Diretoria, a média salarial das diretoras posiciona-se em R\$ 36.406,37, refletindo a atual composição e a equivalência da estrutura remuneratória do corpo diretivo. Ressalta-se que a pontual alteração na proporção percentual da Diretoria decorre exclusivamente do acúmulo temporário do cargo de Diretoria Administrativa, atualmente em processo de consolidação, o que reduziu transitoriamente a base de cálculo do período.

Na frente de Comunicação e Posicionamento de Marca, o período foi marcado pelo reconhecimento externo das estratégias digitais da Instituição. Em maio de 2026, o Banestes conquistou o 2º lugar na categoria “Melhor Uso das Redes Sociais” no 2º Prêmio da Imprensa Oficial – Melhores Práticas de Comunicação Pública Capixaba. O prêmio reconheceu a campanha educativa de conscientização e prevenção contra golpes no sistema financeiro, desenvolvida em vídeos curtos e dinâmicos para plataformas digitais, reforçando o compromisso do Banco com a segurança da informação, o letramento financeiro e a proteção dos clientes.

O segundo trimestre de 2026 fortaleceu a comunicação mercadológica e a presença estratégica do Banestes, destacando ações de conscientização pública e combate a golpes bancários com a jornalista Bárbara Coelho, além de parcerias digitais com o jogador Richarlison e os irmãos Cauwave para aproximar a marca do público jovem. Na frente comercial e de performance, as campanhas integradas apoiaram o consignado e o crédito imobiliário sob o mote “De volta à melhor taxa do Brasil”, enquanto o Programa de Fidelidade Banescard Visa e a campanha Zera Dívida impulsionaram a retenção de clientes. O período também marcou o avanço do projeto da Conta Global Banestes, a reestruturação de produtos como Pronampe e parcerias com a *Getnet*, além da sustentação da nova identidade visual.

No pilar de investimentos, patrocínios e relacionamento, o Banestes aportou R\$ 4,6 milhões em 44 projetos regionais, destacando-se a Festa da Penha, o show do *Guns N’ Roses* e fóruns estratégicos de inovação, segurança e agronegócio. O Banco viabilizou 34 eventos corporativos — com destaque para o Encontro de Gigantes para 1.800 participantes — e distribuiu cerca de 24 mil itens promocionais. Paralelamente, foram concluídas 16 Ordens de Serviço para revitalização e padronização arquitetônica de 10 agências-chave e prédios administrativos, consolidando a modernização da rede presencial e elevando a experiência do cliente.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O Banestes mantém uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos, desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e reduzir a exposição a riscos operacionais e estratégicos. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco, com unidades dedicadas à avaliação de riscos de crédito, mercado e liquidez, continuidade de negócios e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FTP). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, a Instituição adota uma gestão integrada de riscos sob a responsabilidade de um Diretor de Riscos e Controle para todo o Conglomerado Prudencial, assessorado pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital em decisões estratégicas. No segundo trimestre de 2026, em contínua aderência à Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco deu sequência ao

aprimoramento do modelo de Perda Esperada de Crédito (ECL), consolidando o uso de modelos estatísticos que incorporam variáveis preditivas e projeções macroeconômicas atualizadas, o que assegura maior acurácia nas estimativas de perda e na otimização do capital.

Paralelamente, o Banco seguiu fortalecendo seu Programa de Integridade, pautado em procedimentos normatizados de combate à corrupção e ética corporativa, mantendo canais de denúncia seguros e independentes. De forma alinhada, as políticas de PLD/FTP mantiveram-se aplicadas com foco na plena aderência aos sistemas de monitoramento e no reporte ágil de operações suspeitas. Atuando como terceira linha, a Auditoria Interna deu continuidade à ampliação e ao aprofundamento das análises sobre os ciclos operacionais de Crédito e Seguridade. Esse movimento consolida a área como garantidora da qualidade do crescimento institucional, assegurando que a expansão da carteira e a evolução das vendas ocorram sob rigorosos padrões de controle e aderência ao apetite de risco estabelecido. No âmbito da Proteção de Dados e Segurança Cibernética, a Instituição assegura a conformidade contínua com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o fortalecimento da resiliência digital, sustentado por serviços gerenciados de monitoramento, resposta a incidentes e pela execução permanente do plano de conscientização cibernética junto ao quadro funcional.

5. EMPRESAS CONTROLADAS

O Banestes mantém uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos, desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e reduzir a exposição a riscos operacionais e estratégicos. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco, com unidades dedicadas à avaliação de riscos de crédito, mercado e liquidez, continuidade de negócios e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FTP). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, a Instituição adota uma gestão integrada de riscos sob a responsabilidade de um Diretor de Riscos e Controle para todo o Conglomerado Prudencial, assessorado pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital em decisões estratégicas. No segundo trimestre de 2026, em contínua aderência à Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco deu sequência ao aprimoramento do modelo de Perda Esperada de Crédito (ECL), consolidando o uso de modelos estatísticos que incorporam variáveis preditivas e projeções macroeconômicas atualizadas, o que assegura maior acurácia nas estimativas de perda e na otimização do capital.

Paralelamente, o Banco seguiu fortalecendo seu Programa de Integridade, pautado em procedimentos normatizados de combate à corrupção e ética corporativa, mantendo canais de denúncia seguros e independentes. De forma alinhada, as políticas de PLD/FTP mantiveram-se aplicadas com foco na plena aderência aos sistemas de monitoramento e no reporte ágil de operações suspeitas. Atuando como terceira linha, a Auditoria Interna deu continuidade à ampliação e ao aprofundamento das análises sobre os ciclos operacionais de Crédito e Seguridade. Esse movimento consolida a área como garantidora da qualidade do crescimento institucional, assegurando que a expansão da carteira e a evolução das vendas ocorram sob rigorosos padrões de controle e aderência ao apetite de risco estabelecido. No âmbito da Proteção de Dados e Segurança Cibernética, a Instituição assegura a conformidade contínua com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o fortalecimento da resiliência digital, sustentado por serviços gerenciados de monitoramento, resposta a incidentes e pela execução permanente do plano de conscientização cibernética junto ao quadro funcional.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do Banestes, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao segundo trimestre de 2026.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 01/04/2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o Banestes se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no segundo trimestre de 2026.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES expressa sua gratidão aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros pelo empenho contínuo e pela confiança depositada na Instituição. Juntos, fortalecemos cada vez mais o Banco, construindo uma organização sólida e rentável, em sintonia com as expectativas da sociedade capixaba.

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO CONSOLIDADAS EM IFRS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	11
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	15
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	18
4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	38
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	41
6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	54
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	55
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	56
9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	56
10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	57
11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	60
12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	62
13. OUTROS ATIVOS	63
14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	64
15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	64
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	64
17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	65
18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	65
19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO	66
20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	66
21. OUTROS PASSIVOS	68
22. OPERAÇÕES DE SEGUROS	69
23. MARGEM FINANCEIRA	70
24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	71
25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	71
26. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	71
27. RESULTADO DE PERDAS COM <i>IMPAIRMENT</i> DE ATIVOS FINANCEIROS	72
28. DESPESAS DE PESSOAL	72
29. PROVISÕES	72
30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	72
31. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	73
32. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	73
33. RESULTADO POR AÇÃO	74
34. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74
35. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	76
36. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	77
37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	81
38. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	82
39. OUTRAS INFORMAÇÕES	82
40. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	84

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.881.925	1.918.306
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	5-7-10	402.625	513.268
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	19.415.735	15.131.579
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		19.415.735	15.131.579
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	18.882.553	20.384.883
Créditos a Instituições Financeiras		4.767.880	5.755.762
Empréstimos e Recebíveis		12.474.799	12.220.771
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		1.639.874	2.408.350
Operações de Seguros		26.018	27.602
Outros Ativos	13	764.571	653.137
Ativos Fiscais Diferidos	12	396.586	383.425
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	47.830	48.243
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	226.587	219.409
Ativos Intangíveis	16	397.978	404.959
Total do Ativo		42.442.408	39.684.811

PASSIVO	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	8-17	10.981.968	10.024.879
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	8-18	25.686.074	24.068.733
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	8-19	1.526.814	1.284.761
Passivos de Impostos Correntes		5.324	5.070
Passivos de Operações de Seguros		89	79
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	20.468	24.793
Passivos para Sinistros Ocorridos	22c	34.578	25.607
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22b	11.515	11.515
Provisões	20	160.225	178.665
Outros Passivos	21	1.479.201	1.614.541
Passivos Fiscais Diferidos	12a	24.373	22.937
Patrimônio Líquido			
Capital Social	35	1.900.000	1.900.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(43.166)	(21.371)
Reservas de Lucros		654.945	544.602
Lucros/Prejuízos Acumulados		-	-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.511.779	2.423.231
Total do Patrimônio Líquido		2.511.779	2.423.231
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		42.442.408	39.684.811

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre		Semestre	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas Financeiras		1.445.011	1.306.494	2.839.769	2.515.274
Despesas Financeiras		(1.043.489)	(939.088)	(2.059.572)	(1.802.473)
Margem Financeira	23	401.522	367.406	780.197	712.801
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		95.356	87.530	194.055	172.532
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(38.991)	(35.175)	(79.489)	(73.974)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	56.365	52.355	114.566	98.558
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	25	36.605	17.595	65.177	32.020
Resultado de Seguros e Previdência	26	18.198	28.409	68.630	67.494
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	27	(44.337)	(243.991)	(142.657)	(200.410)
Despesa de Pessoal	28	(147.032)	(133.125)	(287.561)	(287.163)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		5.027	6.304	10.800	14.050
Provisões	29	(4.576)	(5.087)	(10.432)	(17.658)
Despesas Tributárias	30	(34.542)	(31.374)	(67.771)	(61.472)
Outras Despesas Administrativas	31	(112.245)	(104.399)	(228.437)	(199.733)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	32	(12.116)	(878)	(20.866)	(17.451)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		162.869	(46.785)	281.646	141.036
Impostos Correntes	12	(21.898)	(39.853)	(53.931)	(83.748)
Impostos Diferidos	12	(17.267)	93.776	(6.155)	61.505
Lucro Líquido do Semestre	33	123.704	7.138	221.560	118.793
Resultado do Semestre Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		123.704	7.138	221.560	118.793
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		347.504	315.912	347.504	315.912
Ações Ordinárias		254.107	231.006	254.107	231.006
Ações Preferenciais		93.397	84.906	93.397	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	33	0,37	0,03	0,64	0,38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
 Em milhares de reais

	Notas	Trimestre		Semestre	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro Líquido do Semestre		123.704	7.138	221.560	118.793
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	10	(15.214)	1.676	(21.795)	13.086
Ganhos (Perdas) Transferidos ao Resultado por Alienação	10	(21.084)	3.926	(29.265)	24.580
Efeito em Impostos	10	11.553	(363)	16.666	(9.607)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		(15.214)	1.676	(21.795)	13.086
Resultado Abrangente do Semestre		108.490	8.814	199.765	131.879
Resultado Abrangente do Semestre Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		108.490	8.814	199.765	131.879

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.600.000	745.022	(31.477)	-	2.313.545
Transações de Capital com os Sócios	300.000	(300.000)	-	(82.743)	(82.743)
Aumentos de Capital	300.000	(300.000)	-	-	-
Dividendos/JSCP (Nota 34d)	-	-	-	(82.743)	(82.743)
Resultado Abrangente Total	-	-	13.086	118.793	131.879
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	118.793	118.793
Outros Resultados Abrangentes	-	-	13.086	-	13.086
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	13.086	-	13.086
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	36.050	-	(36.050)	-
Constituição de Reservas	-	36.050	-	(36.050)	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-
Saldos Finais em 30 de junho de 2025	1.900.000	481.072	(18.391)	-	2.362.681

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.900.000	544.602	(21.371)	-	2.423.231
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(111.217)	(111.217)
Dividendos/JSCP (Nota 34d)	-	-	-	(111.217)	(111.217)
Resultado Abrangente Total	-	-	(21.795)	221.560	199.765
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	221.560	221.560
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(21.795)	-	(21.795)
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	(21.795)	-	(21.795)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	110.343	-	(110.343)	-
Constituição de Reservas	-	110.353	-	(110.353)	-
Outras movimentações	-	(10)	-	10	-
Saldos Finais em 30 de junho de 2026	1.900.000	654.945	(43.166)	-	2.511.779

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	Notas	Semestre	
		30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		886.807	186.434
Lucro Líquido do Semestre Ajustado		(766.122)	(625.532)
Lucro Líquido do Semestre		221.560	118.793
Ajustes ao Lucro		(987.682)	(744.325)
Depreciação e Amortização	15-16	65.544	57.445
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros		142.657	200.410
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(65.171)	(31.734)
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(1.070.249)	(776.766)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(134.028)	(236.514)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		4.816	4.460
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		10.344	17.655
Ajuste de Provisão - Outras		(1.681)	(1.524)
Despesas de Impostos Correntes		53.931	83.748
Despesas com Impostos Diferidos		6.155	(61.505)
Variação Líquida nos Ativos e Passivos		1.652.929	811.966
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(631.336)	(43.149)
Reservas no Banco Central		130.761	(24.866)
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		88.487	(70.777)
Empréstimos e Recebíveis		(386.750)	(863.874)
Operações de Seguros		1.584	(62)
Outros Ativos		(111.433)	(5.151)
Depósitos de Clientes		1.617.341	821.676
Recursos de Instituições Financeiras		957.089	754.234
Títulos de Dívida Emitidos		242.053	370.409
Impostos Pagos		(71.557)	(74.150)
Passivos de Operações de Seguros		10	(3.220)
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		(4.325)	21.835
Passivos para Sinistros Ocorridos		8.971	(5.688)
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		-	-
Passivo de Arrendamento		6.788	20.117
Outros Passivos e Provisões		(194.754)	(85.368)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		(2.328.256)	3.584.607
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		-	1.981
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(38.895.538)	(101.295)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		35.593.714	3.640.593
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(120.906)	(265.224)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		962.040	311.267
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(14.242)	(18.331)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	8.276	10.868
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(25.995)	(35.475)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	-	(2.712)
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(32.578)	(68.431)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	28.657	25.537
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(35.825)	(67.931)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	-	601

Juros Recebidos		204.141	153.159
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamento		(84.132)	(51.900)
Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(84.132)	(51.900)
Dividendos pagos		-	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.525.581)	3.719.141
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	6.112.398	4.396.353
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	4.586.817	8.115.494

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Referente ao Semestre findo em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES", "Banco", "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria, a BANESTES Loteria S.A., que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 12 de agosto de 2026 (Nota 40).
- b. Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.
- c. Base para Consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., e de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			30/06/2026	30/06/2025
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100%
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%
BANESTES Loteria S.A. *	Casa Lotérica	Integral	100,00%	100%
Fundos de Investimento				
BANESTES Fic Meza I em Cotas de FI em Direitos Creditorios Responsabilidade Limitada**	Fundos de Investimento	Integral	100,00%	100%

*A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

** O Fundo BANESTES FIC MEZA foi criado pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em dezembro de 2024.

d. Adoção de Novas Normas e Interpretações – a partir de 01 de janeiro de 2026 as seguintes alterações de normas foram adotadas:

- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7:** Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. As emendas são efetivas para os períodos de relatório iniciados a partir 1º de janeiro de 2026 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

- **IFRS 17 - Contratos de Seguros:** A partir de 1º de janeiro de 2023 o SFB adotou o Pronunciamento IFRS 17, que substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O Banestes avaliou e concluiu que o impacto da adoção da IFRS 17 é imaterial.
- e. **Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros**
 - **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
 - **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
 - **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações: que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
 - **Emenda ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** esclarece os procedimentos a serem aplicados quando uma entidade passa a apresentar suas demonstrações financeiras em uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29. A alteração define como devem ser

traduzidos os valores comparativos e os saldos quando ocorre essa mudança, visando assegurar que as informações permaneçam relevantes, consistentes e comparáveis ao longo do tempo. As emendas não alteram os critérios de reconhecimento ou mensuração, limitando-se a esclarecer os requisitos de tradução previstos na IAS 21, inclusive quanto à aplicação retrospectiva e ao tratamento dos efeitos da inflação na moeda de apresentação. Os impactos concentram-se exclusivamente nas divulgações e na forma de apresentação das demonstrações financeiras, sem efeitos sobre o desempenho ou a posição financeira da entidade. A emenda é efetiva para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

- Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

- **Mensuração inicial dos instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

- **Avaliação do modelo de negócio**

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

- **Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

- **c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. *Instrumentos financeiros ao custo amortizado*

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios. Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

3. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais
- (iii) quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos ao valor justo por meio do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. **Reclassificação de instrumentos financeiros**

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no trimestre.

c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. *Desreconhecimento de ativos financeiros*

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. *Desreconhecimento de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existentes são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

c.5. Derivativos

Os derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio* – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2026 e 2025
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o

método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No primeiro trimestre de 2026, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição.

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17, referem-se a contratos de seguros e contratos de resseguros cedidos. Esses contratos, de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- Carteira de Danos: composta por seguros com vigência de até 12 meses como Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- Carteira de Pessoas:
 - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
 - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – *Liability for Remaining Coverege*), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – *Liability for Remaining Coverege*), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa.

Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem *bottom-up*.

Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, para os seguros de pessoas, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o *Best Estimate Liability* (BEL) de 43,77%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 15,15%, enquanto que para os seguros prestamista o *Best Estimate Liability* (BEL) obtido foi de 26,56%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 9,42%.

Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a poderação pelo fator de exposição ao risco.

k.1. Apuração do Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por quatro componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
- iv) Margem de Serviço Contratual.

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - *Incurred But Not Paid*). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como *top-down* e *bottom-up*.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem *bottom-up*. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou *swaps* interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente transladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou *swaps* interbancários.

O ponto de partida da abordagem *top-down*, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem *top-down*.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem *bottom-up* tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem *top-down* seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem *bottom-up*, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São

também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devam ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como “Receitas de Prestação de Serviços e Comissões”.

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em “Provisões”.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 30 de junho de 2026, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 30 (R\$ 0,00 em 30 de junho de 2025).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e

pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como “Despesas de Pessoal” na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 37.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas

é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como “Outras Despesas”, dentre os quais se destacam:

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%;

ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais

não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de

ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem

principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

- **Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA**

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;

- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados apresentados.

Ao longo de 2026, o BANESTES revisou determinadas estimativas relacionadas à mensuração da provisão para perdas esperadas de ativos financeiros, em decorrência de novas informações disponíveis, da experiência acumulada na aplicação dos modelos desenvolvidos, e do processo contínuo de monitoramento do comportamento das carteiras.

• Ativos Fiscais Diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação

atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultado do respectivo período.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuariamente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	30/06/2026	31/12/2025
Alienação Fiduciária	6.274.426	6.227.150
Aval/ Fiança/ Caução	98.640	110.850
Cessão/ Consignação	154.453	158.836
Hipoteca/ Penhor	1.624.769	1.605.919
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	4.187	4.187
Total	8.156.475	8.106.942

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do trimestre.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis	40.062	40.396
Veículos	9.285	9.122
Outros	-	-
Subtotal	49.347	49.518
Provisão p/ Desvalorização	(1.517)	(1.275)
Valor Líquido	47.830	48.243

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
Ativos financeiros ao VJORA	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	19.380.978	34.757	-	19.415.735	15.131.579	-	-	15.131.579
Letras Fin. do Tesouro - LFT	18.146.482	-	-	18.146.482	13.139.942	-	-	13.139.942
Letras do Tesouro Nacional - LTN	66.895	-	-	66.895	733.964	-	-	733.964
Notas Fin. do Tesouro - NTN	1.041.549	-	-	1.041.549	721.512	-	-	721.512
Debêntures	126.052	34.757	-	160.809	536.161	-	-	536.161
Total	19.380.978	34.757	-	19.415.735	15.131.579	-	-	15.131.579

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	4.767.880	-	-	4.767.880	5.755.762	-	-	5.755.762
Aplicações no mercado aberto	3.807.594	-	-	3.807.594	5.427.436	-	-	5.427.436
Aplicações em depósitos interfinanceiros	960.286	-	-	960.286	328.326	-	-	328.326
Instrumento de Dívida e Patrimônio	1.622.439	-	17.435	1.639.874	2.402.982	-	5.368	2.408.350
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	506.134	-	-	506.134
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	497.347	-	-	497.347	499.052	-	-	499.052
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	20.401	-	-	20.401	37.342	-	-	37.342
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	48.607	-	-	48.607	53.719	-	-	53.719
Debêntures	359.434	-	17.435	376.869	475.396	-	5.368	480.764
Letras financeiras	215.675	-	-	215.675	410.098	-	-	410.098
Nota Comercial	480.972	-	-	480.972	421.238	-	-	421.238
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
Créditos a clientes	11.376.281	839.660	258.858	12.474.799	10.826.766	1.242.032	151.973	12.220.771
Créditos a clientes	11.376.281	839.660	258.858	12.474.799	10.826.766	1.242.032	151.973	12.220.771
Riscos potenciais	1.713.459	41.457	2.478	1.757.394	1.792.195	467.332	2.881	2.262.408
Limites a clientes	1.713.459	41.457	2.478	1.757.394	1.792.195	467.332	2.881	2.262.408
Total	19.480.059	881.117	278.771	20.639.947	20.777.705	1.709.364	160.222	22.647.291

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	402.625	513.268
Cotas de fundos de investimento	402.625	513.268

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Ativos problemáticos.

Aumento significativo no risco de crédito

Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando uma operação passa a apresentar atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos e ativos financeiros que sofreram aumento significativo na sua PD desde a sua

originação. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias.

Cura (diminuição do risco de crédito)

Considera-se que uma operação apresenta diminuição do risco de crédito quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos.

Ativos problemáticos

São considerados ativos problemáticos operações que possuam mais de 90 dias de atraso, além das operações para as quais existam indícios de que a obrigação pactuada não será integralmente honrada. Neste último caso, enquadram-se operações de contrapartes com falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias. Operações da mesma contraparte, que compartilham risco de inadimplência, também são consideradas para essa mensuração.

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes, agrupando essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- **Mensuração do risco de crédito**

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (visão *forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
G	Baixa qualidade
H	Risco severo

Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade
F	Baixa qualidade
G	Risco severo
H	Risco severo

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	30/06/2026	31/12/2025
A	4.348.659	5.684.997
B	1.695.552	464.953
C	4.209.649	2.799.300
D	1.101.195	2.043.037
E	953.455	1.114.208
F	65.067	147.763
G	-	-
H	577.928	462.587
Total	12.951.505	12.716.845

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo

federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	Desocupação - últimos 3 meses	6.10% a.m.
	Inadimplência PF - últimos 10 meses	4.92% a.m.
Pessoa Física - Crédito Consignado	Desocupação - último mês	5.60% a.m.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	Inadimplência PF - últimos 5 meses	5.38% a.m.
	Desocupação - últimos 3 meses	6.10% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	Desocupação - últimos 5 meses	5.40% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	Inadimplência PJ - últimos 5 meses	2.87% a.m.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação

trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 30 de junho de 2026, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa Física – Produtos Rotativos		PD	% relativo
Desocupação	Base	2,7634%	0,00%
	Piora 1%	2,7946%	1,13%
	Melhora 1%	2,7325%	-1,12%
Inadimplência PF	Base	2,7634%	0,00%
	Piora 1%	2,7963%	1,19%
	Melhora 1%	2,7308%	-1,18%

Pessoa Física – Crédito Consignado		PD	% relativo
Desocupação	Base	2,6536%	0,00%
	Piora 1%	2,6688%	0,57%
	Melhora 1%	2,6385%	-0,57%
PIB	Base	2,6536%	0,00%
	Piora 1%	2,5728%	-3,05%
	Melhora 1%	2,7370%	3,14%

Pessoa Física – Produtos Parcelados		PD	% relativo
Inadimplência PF	Base	9,8993%	0,00%
	Piora 1%	10,3651%	4,70%
	Melhora 1%	9,4520%	-4,52%
Desocupação	Base	9,8993%	0,00%
	Piora 1%	9,9640%	0,65%
	Melhora 1%	9,8350%	-0,65%

Pessoa Jurídica – Produtos Rotativos		PD	% relativo
Inadimplência PJ	Base	1,7317%	0,00%
	Piora 1%	1,7721%	2,33%
	Melhora 1%	1,6922%	-2,28%

Pessoa Jurídica – Produtos Parcelados		PD	% relativo
Desocupação	Base	9,1586%	0,00%
	Piora 1%	9,3797%	2,41%
	Melhora 1%	8,9428%	-2,36%
PIB	Base	9,1586%	0,00%
	Piora 1%	8,5501%	-6,64%
	Melhora 1%	9,8105%	7,12%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em

conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;
- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também “Testes de Estresse de Liquidez”, que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;

- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	83.838.922	7.529.695	3.180.839	73.128.388	74.257.272	10.853.589	5.170.850	58.232.833
Passivos não Derivativos	44.166.695	21.616.814	4.199.056	18.350.825	40.947.014	21.381.723	4.515.809	15.049.482
Depósitos de Instit. Financeiras	10.555.122	9.728.386	826.736	-	9.684.997	9.550.005	134.992	-
Depósitos de Clientes	31.235.391	11.603.724	2.695.707	16.935.960	29.226.612	11.602.649	4.007.502	13.616.461
Emissão de Títulos	1.778.835	634	530.632	1.247.569	1.583.700	705	247.841	1.335.154
Outros passivos financeiros	597.347	284.070	145.981	167.296	451.705	228.364	125.474	97.867

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of*

Equity - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income - NII*), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado – Carteira de Trading e Banking

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (Economic Value of Equity - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (Net Interest Income - NII):

	30/06/2026				31/12/2025			
	Mínimo	Média	Máximo	30/06/2026	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2025
VaR Trading	946	1.579	2.820	946	429	710	918	429
Banking	-	-	-	-	-	58.386	175.158	-

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como: taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de dezembro.

Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando

as condições existentes em 30 de dezembro.

Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de dezembro.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	30/06/2026			31/12/2025		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(7.817)	(186.247)	(356.932)	(6.500)	(160.427)	(317.345)
IPCA	(3.762)	(82.954)	(147.755)	(3.715)	(82.143)	(146.616)
Dólar	-	-	-	(18)	(461)	(923)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificados contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.396.996	15.103.457
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	376.219	484.359
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/ caract. de trading	-	1.845

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito – RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução nº. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado	2.504.742	2.411.697
(-) Redução Ajustes Prudenciais	(426.820)	(426.554)
(-) Ativos Intangíveis	(374.178)	(384.449)
(-) Investimentos significativos em assemelhadas	(50.180)	(40.355)
(-) Créditos Tributários	(2.462)	(1.750)
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	64.348	96.522
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	2.142.270	2.081.665
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.305.167	12.506.673
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.086.535	2.061.026
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	-	5.075
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	370	340
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.392.072	14.573.114
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Exigido [(PR-(RWA*F)-RBAN]	631.103	551.488
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,89%	14,28%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	-	-

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- **Financeiro:** engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- **Seguros e Outros:** envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização. E resultado de fundo de investimento.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025 são as seguintes:

Demonstração do Resultado do Semestre por Segmento

Em 30 de junho de 2026:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	783.064	(2.867)	-	780.197
Resultado de Prestação de Serviços (1)	119.066	756	(5.256)	114.566
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	31.842	37.354	(4.019)	65.177
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	68.763	(133)	68.630
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(142.666)	9	-	(142.657)
Despesas de Pessoal (1)	(269.202)	(18.359)	-	(287.561)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	186	10.614	-	10.800
Resultado de Equivalência Patrimonial (3)	79.039	-	(79.039)	-
Provisões	(10.220)	(212)	-	(10.432)
Despesas Tributárias	(54.146)	(13.625)	-	(67.771)
Outras Despesas Administrativas (3)	(223.334)	(10.492)	5.389	(228.437)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (3)	(20.174)	(692)	-	(20.866)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	293.455	71.249	(83.058)	281.646
Impostos Correntes e Diferidos	(36.179)	(23.907)	-	(60.086)
Resultado Líquido do Semestre	257.276	47.342	(83.058)	221.560
Resultado do Semestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	257.276	47.342	(83.058)	221.560
Total do Ativo	42.959.745	602.597	(1.119.934)	42.442.408
Passivo	40.196.421	160.723	(426.515)	39.930.629

Em 30 de junho de 2025:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	689.890	22.911	-	712.801
Resultado de Prestação de Serviços (1)	106.737	(3.192)	(4.987)	98.558
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	31.166	6.263	(5.409)	32.020
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	67.568	(74)	67.494
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(200.403)	(7)	-	(200.410)
Despesas de Pessoal (1)	(269.723)	(17.440)	-	(287.163)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	-	14.050	-	14.050
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	65.546	-	(65.546)	-
Provisões	(12.206)	(5.452)	-	(17.658)
Despesas Tributárias	(49.206)	(12.266)	-	(61.472)
Outras Despesas Administrativas (2)	(194.356)	(10.438)	5.061	(199.733)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(17.829)	428	(50)	(17.451)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	149.616	62.425	(71.005)	141.036
Impostos Correntes e Diferidos	301	(22.544)	-	(22.243)
Resultado Líquido do Semestre	149.917	39.881	(71.005)	118.793
Resultado do Semestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	149.917	39.881	(71.005)	118.793
Total do Ativo	39.303.084	581.291	(970.145)	38.914.230
Passivo	36.742.341	159.068	(349.865)	36.551.544

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	402.625	402.625	-	513.268	513.268
Cotas de Fundos de Investimento	-	402.625	402.625	-	513.268	513.268
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.415.735	-	19.415.735	15.131.579	-	15.131.579
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	19.254.925	-	19.254.925	14.595.418	-	14.595.418
Títulos de Dívida de Emissores Privados	160.810	-	160.810	536.161	-	536.161

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo:

	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	1.639.874	1.607.735	822.959	784.776	2.408.350	2.358.540	1.811.378	547.162
Créditos a Inst. Financeiras	4.767.880	4.767.880	-	4.767.880	5.755.762	5.755.762	-	5.755.762
Empréstimos e Recebíveis	12.474.799	12.474.799	-	12.474.799	12.220.771	12.220.771	-	12.220.771
Depósitos de Clientes (1)	25.686.074	25.102.468	-	25.102.468	24.068.733	23.712.229	-	23.712.229
Recursos de Inst.Financeiras(2)	10.981.968	10.980.144	-	10.980.144	10.024.879	10.016.000	-	10.016.000
Títulos de Dívida Emitidos	1.526.814	1.529.218	-	1.529.218	1.284.761	1.284.761	-	1.284.761

(1) Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

(2) Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	227.343	167.962
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	3.807.475	5.427.437
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.565.531	2.228.600
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.042.509	994.530
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.199.435	2.204.307
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	551.999	516.999
Aplicações Voluntárias no Banco Central	551.999	516.999
Total	4.586.817	6.112.398

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

b. Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	22.815	101.047
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	1.052.203	941.911
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	27.565	190.386
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	551.999	517.000
Total		1.654.582	1.750.344

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a. Classificação

30/06/2026					
Categoria/Papel	sem vencto.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	27.655	60.577	178.460	135.933	402.625
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	27.655	60.577	178.460	135.933	402.625
Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	-	106.945	161.538	19.147.253	19.415.735
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	27.815	129.350	19.106.834	19.263.999
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	79.185	32.266	49.445	160.896
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(55)	(78)	(9.027)	(9.160)
Mensurados ao Custo Amortizado (CA)	-	5.252.097	1.034.174	121.482	6.407.754
Títulos de Dívida de Emissores Públicos- Brasil	-	4.980.791	257.196	50.246	5.288.233
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	129.868	85.908	-	215.776
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	156.001	699.060	71.261	926.322
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(14.562)	(7.990)	(25)	(22.577)

31/12/2025					
Categoria/Papel	sem vencto.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	-	923.655	3.878.861	10.329.063	15.131.579
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	714.293	3.601.131	10.286.870	14.602.294
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	209.799	279.563	47.061	536.423
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(437)	(1.833)	(4.868)	(7.138)
Mensurados ao Custo Amortizado (CA)	-	6.722.035	1.281.305	160.772	8.164.112
Títulos de Dívida de Emissores Públicos- Brasil	-	6.300.509	452.290	48.797	6.801.596
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	318.431	91.860	-	410.291
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	107.672	745.936	113.280	966.888
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(4.577)	(8.781)	(1.305)	(14.663)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo 31/12/2025	Ganho	Perda	Impostos	PDD	Saldo
		Não Realizado				30/06/2026
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(21.371)	(3.082)	(35.204)	16.666	(175)	(43.166)

c. Composição do impairment dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Títulos e Valores Mobiliários	(9.144)	(16)	-	(9.160)	(7.138)	-	-	(7.138)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(8.533)	-	-	(8.533)	(6.187)	-	-	(6.187)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	(32)	-	-	(32)	(345)	-	-	(345)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(509)	-	-	(509)	(344)	-	-	(344)
Debêntures	(70)	(16)	-	(86)	(262)	-	-	(262)
Total	(9.144)	(16)	-	(9.160)	(7.138)	-	-	(7.138)

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	(2.357)	-	-	(2.357)	(2.813)	-	-	(2.813)
Aplicações no Mercado Aberto	(1.787)	-	-	(1.787)	(2.550)	-	-	(2.550)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(570)	-	-	(570)	(263)	-	-	(263)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(763)	-	(19.457)	(20.220)	(1.131)	-	(10.719)	(11.850)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	(237)	-	-	(237)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(234)	-	-	(234)	(235)	-	-	(235)
Títulos Públicos Federais - CVS	(10)	-	-	(10)	(18)	-	-	(18)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(23)	-	-	(23)	(25)	-	-	(25)
Debêntures	(169)	-	(19.457)	(19.626)	(225)	-	(10.719)	(10.944)
Letras Financeiras	(101)	-	-	(101)	(193)	-	-	(193)
Nota Comercial	(226)	-	-	(226)	(198)	-	-	(198)
Total	(3.120)	-	(19.457)	(22.577)	(3.944)	-	(10.719)	(14.663)

d. Movimentação do Impairment dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 30 de junho de 2026:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(7.138)	-	-	(7.138)
Novos ativos financeiros originados	-	-	-	-
Estorno de provisão de operações liquidadas	-	-	-	-
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(2.006)	(16)	-	(2.022)
Saldos em 30 de junho de 2026	(9.144)	(16)	-	(9.160)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(2.704)	-	-	(2.704)
Novos ativos financeiros originados	-	-	-	-
Estorno de provisão de operações liquidadas	(287)	-	-	(287)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	752	-	-	752
Saldos em 30 de junho de 2026	(2.239)	-	-	(2.239)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(1.247)	-	(10.712)	(11.959)
Novos ativos financeiros originados				
Estorno de provisão de operações liquidadas	(58)	-	(19.457)	(19.515)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	11.136	-	-	11.136
Saldos em 30 de junho de 2026	9.831	-	(30.169)	(20.338)

Em 31 de dezembro de 2025:

Ativos Financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)
Novos Ativos Financeiros Originados	(794)	-	-	(794)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	8.002	-	-	8.002
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(55)	-	-	(55)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(7.138)	-	-	(7.138)

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Novos Ativos Financeiros Originados	(154)	-	-	(154)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	166	-	-	166
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(613)	-	-	(613)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(2.704)	-	-	(2.704)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)
Novos Ativos Financeiros Originados	(268)	-	-	(268)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	257	-	-	257
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	530	-	(10.712)	(10.182)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(1.247)	-	(10.712)	(11.959)

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	30/06/2026	31/12/2025
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	87.025	248.259
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	87.025	248.259
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	74.120	82.056
Títulos de Renda Fixa - Públicos	74.120	82.056

f. Derivativos

O Banestes opera com instrumentos financeiros derivativos para administrar suas exposições a riscos de mercado associados à variação da taxa de juros.

São contratos de *swap* de taxa de juros, em que são acordadas com contrapartes instituições financeiras, externas ao grupo, a troca de rentabilidade futura (de pré-fixada para pós-fixada, ou o inverso) aplicada sobre um valor referencial (“nacional”).

Atualmente há apenas um contrato vigente, firmado para permitir o amadurecimento dos processos relacionados.

A operação não está designada como *hedge* contábil.

f.1 Por Indexador, valor de nominal, valor de mercado e vencimento (Valores em reais)

	30/06/2026			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swap - taxa de juros				
Valor de referência	100.000,00	-	-	100.000,00
Nível 2 de valor justo				
Valor Justo - Posição ativa	8,96	-	-	8,96
Valor Justo - Posição passiva	-	-	-	-

f.2 Receitas e despesas líquidas (Valores em reais)

	Banestes Múltiplo
	30/06/2026
Swap	166,36

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	30/06/2026			31/12/2025		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	740.812	(47.576)	693.236	741.929	(47.155)	694.774
Crédito comercial	3.463.122	(164.996)	3.298.126	3.488.668	(156.985)	3.331.683
Imobiliário	2.744.564	(25.383)	2.719.181	2.780.431	(27.981)	2.752.450
Industrial	131.394	(6.124)	125.270	80.203	(1.968)	78.235
Pessoal	4.253.443	(108.960)	4.144.483	4.085.485	(110.543)	3.974.942
Renegociação	291.336	(101.541)	189.795	295.869	(131.226)	164.643
Rural	1.326.835	(22.127)	1.304.708	1.244.260	(20.216)	1.224.044
Total	12.951.506	(476.707)	12.474.799	12.716.845	(496.074)	12.220.771

Movimentação do Impairment

Em 30 de junho de 2026:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2026	112.903	72.557	310.614	496.074
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(8.267)	18.153	-	9.886
Estágio 1 para o Estágio 3	(2.717)	-	50.898	48.181
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(13.082)	99.367	86.285
Estágio 2 para o Estágio 1	8.089	(18.064)	-	(9.975)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	1.613	(17.156)	(15.543)
Estágio 3 para o Estágio 1	63	-	(1.832)	(1.769)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	20.265	3.983	34.855	59.103
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(12.226)	(12.856)	3.698	(21.384)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(8.136)	(4.643)	(161.372)	(174.151)
Total dos movimentos com impactos no resultado	109.974	47.661	319.072	476.707
Perda Esperada em 30 de junho de 2026	109.974	47.661	319.072	476.707

Em 31 de dezembro de 2025:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2025	187.613	34.633	251.368	473.614
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(39.767)	35.455	-	(4.312)
Estágio 1 para o Estágio 3	(5.724)	-	139.580	133.856
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(4.857)	21.175	16.318
Estágio 2 para o Estágio 1	1.975	(11.094)	-	(9.119)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	8.984	(43.435)	(34.451)
Estágio 3 para o Estágio 1	63	-	(5.073)	(5.010)
Novos Ativos Financeiros Originados ou Comprados	45.618	25.418	62.605	133.641
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(34.794)	(4.509)	9.566	(29.737)
Estorno de Provisão de Contratos Liquidados	(42.081)	(11.473)	(125.172)	(178.726)
Total dos Movimentos com Impactos no Resultado	112.903	72.557	310.614	496.074
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2025	112.903	72.557	310.614	496.074

Composição por vencimento

	30/06/2026	31/12/2025
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	12.951.506	12.716.845
Prestações Vencidas	188.032	171.327
A partir de 1 dia	188.032	171.327
Prestações a Vencer	12.763.474	12.545.518
Até 1 ano	4.061.022	3.926.800
De 1 a 5 anos	5.041.146	3.333.651
Acima de 5 anos	3.661.306	5.285.067

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	30/06/2026		30/06/2025	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	307.303	307.303	289.939	289.939
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(76.826)	(61.462)	(72.485)	(57.987)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	27.805	22.244	20.686	16.548
Resultado de Equivalência Patrimonial	21.925	16.219	17.465	12.886
Adições (exclusões) de caráter permanente	(11.483)	(472)	(11.335)	(2.075)
Adições (exclusões) de caráter temporário	3.976	3.170	(5.379)	(4.022)
Total dos Valores Devidos	(34.603)	(20.301)	(51.048)	(34.650)
Realização da Reserva de Reavaliação	4	4	5	5
Incentivos Fiscais	965	-	1.940	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(33.634)	(20.297)	(49.103)	(34.645)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(808)	(637)	(557)	(472)
Ativo Fiscal Diferido	(2.211)	(2.499)	34.851	27.683
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.653)	(23.433)	(14.809)	(7.434)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 21,33% e 15,77% para o primeiro semestre de 2026 e 2025, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/06/2026
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	175.048	212.194	(193.960)	193.282
Ações Trabalhistas	30.948	3.381	(2.913)	31.416
Ações Cíveis	28.315	3.290	(12.560)	19.045
Contingências Fiscais	20.462	602	-	21.064
Outras Contingências	15.213	13.753	(16.752)	12.214
Ajustes de IFRS*	(9.417)	(9.940)	15.980	(3.377)
Total de Adições Temporárias	260.569	223.280	(210.205)	273.644
Crédito Tributário Não Corrente	-	-	-	-
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	260.569	223.280	(210.205)	273.644
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução 4966	101.825	-	(18.323)	83.502
Ajustes ao Valor de Mercado - VJORA	21.031	2.503	15.906	39.440
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	122.856	2.503	(2.417)	122.942
Total Geral dos Créditos Tributários	383.425	225.783	(212.622)	396.586
Total dos Créditos Tributários Ativos	383.425	225.783	(212.622)	396.586

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/06/2026
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de Leasing	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	22.830	1.445	(1)	24.274
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo - Tít. Disp. P/Venda	(1)	-	-	(1)
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(825)	-	(8)	(833)
Total Geral dos Débitos Tributários	22.004	1.445	(9)	23.440

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2026	41.467	33.177	-	-	74.644
2027	38.904	31.124	-	-	70.028
2028	38.361	29.972	-	-	68.333
2029	23.412	18.729	-	-	42.141
2030	23.412	18.729	-	-	42.141
2031 a 2035	55.166	44.133	-	-	99.299
Total	220.722	175.864	-	-	396.586
Valor Presente	172.385	137.327	-	-	309.712
Valor Presente em 30/06/2025	153.547	122.540	-	-	276.087

13. OUTROS ATIVOS

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento ao FGC	122.318	-
Depósitos Judiciais dados em Garantia	194.299	210.524
Depósitos Trabalhistas	43.812	45.486
Depósitos Cíveis	38.872	57.192
Depósitos Fiscais (Nota 20)	108.855	105.474
Depósitos de Sinistros	2.415	2.027
Outros Depósitos	345	345
Impostos e Contribuições a Compensar	77.373	61.585
Pagamentos a Ressarcir	41.840	37.625
Serviços Prestados a Receber	2.716	2.335
Adiantamentos e Antecipações Salariais	14.368	7.234
Adiantamentos para Pagamentos	25.751	24.837
Despesas Antecipadas	50.864	63.152
Participações Pagas Antecipadamente	228	19.026
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	114.326	105.059
Devedores Diversos - País	112.705	115.457
Outros Ativos	7.783	6.303
Total	764.571	653.137

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	30/06/2026	31/12/2025
Relações Interfinanceiras		114.326	105.059
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	12.678	3.713
Sistema Financeiro da Habitação		93.738	94.932
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	2.178	2.862
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	103.274	103.784
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	7.910	6.414
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		114.326	105.059

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/06/2026	31/12/2025
Custo de aquisição		
Saldo no Início Do Semestre	49.518	47.910
Aquisições	13.818	36.804
Alienações / Baixas	(14.413)	(34.469)
Transferências	424	(727)
Total	49.347	49.518
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Trimestre	(1.275)	(1.506)
Desvalorização	(6.379)	(11.318)
Baixas / Alienações	6.137	11.549
Total	(1.517)	(1.275)
Resultado Líquido	47.830	48.243

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2025	3.606	67.217	35.182	155.282	24.540	8.522	130.618	424.967
Aquisições	-	3.159	836	-	28.881	126	25.995	58.997
Alienações/ Baixas	-	-	(223)	(4.610)	(28.788)	-	(312)	(33.933)
Transferências	-	(424)	(2.756)	2.509	247	-	-	(424)
Saldo Final em 30/06/2026	3.606	69.952	33.039	153.181	24.880	8.648	156.301	449.607
Depreciação								
Saldo em 31/12/2025	(2.280)	(37.103)	(20.245)	(95.080)	(15.760)	(6.737)	(28.353)	(205.558)
Depreciação do Semestre	(29)	(2.512)	(743)	(5.079)	(517)	(219)	(13.639)	(22.738)
Baixas/ Alienações	-	-	203	4.600	161	-	312	5.276
Saldo Final em 30/06/2026	(2.309)	(39.615)	(20.785)	(95.559)	(16.116)	(6.956)	(41.680)	(223.020)
Saldo Líquido Final em 30/06/2026	1.297	30.337	12.254	57.622	8.764	1.692	114.621	226.587
Saldo Líquido em 31/12/2025	1.326	30.114	14.937	60.202	8.780	1.785	102.265	219.409

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2025	300.188	12.113	348.391	47.453	708.145
Aquisições	5.457	-	15.791	14.577	35.825
Alienações / Baixas	-	(8)	-	-	(8)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo Final em 30/06/2026	305.645	12.105	364.182	62.030	743.962
Depreciação					
Saldo em 31/12/2025	(130.664)	(8.473)	(164.049)	-	(303.186)
Amortização do Semestre	(12.606)	(245)	(29.955)	-	(42.806)
Baixas / Alienações	-	8	-	-	8
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo Final em 30/06/2026	(143.270)	(8.710)	(194.004)	-	(345.984)
Saldo Líquido Final em 30/06/2026	162.375	3.395	170.178	62.030	397.978
Saldo Líquido em 31/12/2025	169.524	3.640	184.342	47.453	404.959

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/06/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 30/06/2026	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025
No País:	10.981.968	10.024.879	-	-
Depósitos à Vista	818	653	-	-
Operações Compromissadas	9.603.991	9.430.737	8,49% e 14,15% a.a.	10,43% e 14,90% a.a.
Obrigações por Repasses:	415.783	370.747	-	-
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	169.357	181.999	-	-
BNDES	37.184	37.856	-	-
Finame	116.385	50.892	-	-
Outras Instituições	92.857	100.000	-	-
Depósitos Interfinanceiros	961.376	222.742	0,01% e 14,15% a.a.	3,00% e 14,90% a.a.
Total	10.981.968	10.024.879		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	818	653		
Exigível a Prazo	10.981.150	10.024.226		
Até 1 ano	10.777.953	9.855.356		
De 1 a 5 anos	203.197	168.870		
Acima de 5 anos	-	-		
Total	10.981.968	10.024.879		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/06/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 30/06/2026	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025
Depósitos à Vista	1.038.055	950.505	-	-
Depósitos a Prazo	19.896.152	18.389.647	0,14% a.a. a 14,15 % a.a.	2,00% a.a. a 14,90% a.a.
Depósitos de Poupança	4.746.595	4.719.128	0,60% a.m. e 0,68% a.m.	0,66% a.m. e 0,68% a.m.
Outros	5.272	9.453	-	-
Total	25.686.074	24.068.733		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	10.701.905	10.518.350		
Exigível a Prazo	14.984.169	13.550.383		
Até 1 ano	3.035.571	2.176.409		
De 1 a 5 anos	11.792.228	11.021.576		
Acima de 5 anos	156.370	352.398		
Total	25.686.074	24.068.733		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/06/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 30/06/2026	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025
Letras de Crédito Imobiliário	548.351	330.098	9,91% a.a. a 13,73% a.a.	11,92% a.a. a 14,90% a.a.
Letras de Agronegócio	978.463	954.663	9,91% a.a. a 13,73% a.a.	11,92% a.a. a 14,90% a.a.
Total	1.526.814	1.284.761		
Composição por prazo de vencimento				
Até 1 ano	-	-		
De 1 a 5	488.052	1.794		
Acima de 5 anos	1.038.762	1.282.967		
Total	1.526.814	1.284.761		

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devam ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	30/06/2026					30/06/2025				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro	68.806	63.218	46.458	183	178.665	63.517	60.807	39.890	433	164.647
Constituições/Atualizações	7.489	7.275	1.352	-	16.116	8.882	6.368	6.420	366	22.036
Pagamentos/Reversões (*)	(6.448)	(27.925)	-	(183)	(34.556)	(5.835)	(4.821)	(1.128)	(605)	(12.389)
Saldo Atual	69.847	42.568	47.810	-	160.225	66.564	62.354	45.182	194	174.294

(*) No primeiro semestre de 2026 foi realizado saneamento das contas de depósitos judiciais associados aos processos cíveis, o que resultou na baixa de provisão na ordem de R\$ 20.030, em contrapartida ao respectivo ativo. Não foram identificados ajustes materiais não saneados.

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 98,49% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria.

Em 30 de junho de 2026, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 69.847 (R\$ 68.806 em 31/12/2025) sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 40.837 (R\$ 42.281 em 31/12/2025) e em depósito recursal a importância de R\$ 2.975 (R\$ 3.205 em 31/12/2025).

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza – Fiscal	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	16.382	65.022	16.016	63.095
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	28.835	39.876	27.895	38.576
Honorários - Diversas Ações	2.557	-	2.511	-
Outros	36	3.957	36	3.803
Total	47.810	108.855	46.458	105.474

(1) **Contribuições Previdenciárias e Terceiros** - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) **IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991** - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 já reconhecido pela União.

f. Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 8.566 (R\$ 10.346 em 31/12/2025).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 324.378 (R\$ 296.225 em 31/12/2025).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 380 (R\$ 476 em 31/12/2025) referentes a questionamentos judiciais e administrativos de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2026	31/12/2025
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	114.362	102.758
Impostos a Recolher	44.611	46.981
Obrigações por Aquisição de Bens	41.605	47.879
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	133.125	141.691
Obrigações Sociais e Estatutárias	23.279	126.307
Pagamentos a Efetuar	92.193	82.210
Relações Interfinanceiras	634.856	639.023
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	30	115
Credores por Recursos a Liberar	55.896	19.030
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	67.257	142.949
Obrigações por Convênios Oficiais	65.881	52.338
Credores Diversos - País	156.613	163.822
Outros Passivos	49.493	49.438
Total	1.479.201	1.614.541
Total Passivo Circulante	1.357.935	1.504.312
Total Passivo Não Circulante	121.266	110.229

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	30/06/2026	31/12/2025
até 1 ano	23.347	23.671
de 1 ano a 5 anos	68.436	54.696
acima de 5 anos	22.579	24.391
Total	114.362	102.758

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em junho de 2026:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2025	96.677	(71.884)	24.793
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	93.504	98.945	192.449
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(35.978)	(17.550)	(53.528)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(214)	-	(214)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	26.438	17.651	44.089
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(97.913)	(89.208)	(187.121)
Saldo Final em 30/06/2026	82.514	(62.046)	20.468

Em dezembro de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	201.931	190.030	391.961
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(70.931)	(33.695)	(104.626)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(362)	-	(362)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	54.665	33.840	88.505
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(195.792)	(175.353)	(371.145)
Saldo Final em 31/12/2025	96.677	(71.884)	24.793

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em junho de 2026:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2025	11.515
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 30/06/2026	11.515

Em dezembro de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2024	11.515
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/12/2025	11.515

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro

Em junho de 2026:

	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Movimentação do grupo de contas			
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	36.217	19.209	55.426
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(11.071)	(9.777)	(20.848)
Saldo Final Ajustado	25.146	9.432	34.578

Em dezembro de 2025:

	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Movimentação do grupo de contas			
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	38.068	22.934	61.002
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(21.236)	(14.159)	(35.395)
Saldo Final Ajustado	16.832	8.775	25.607

23. MARGEM FINANCEIRA

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	416.049	426.546
Créditos a Instituições Financeiras	63.197	33.014
Empréstimos e Recebíveis	1.070.497	960.734
Títulos de Investimento	1.257.959	1.056.284
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	31.616	38.078
Outras Receitas Financeiras	451	618
Total	2.839.769	2.515.274
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(672.772)	(632.341)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(1.348.095)	(1.168.142)
Depósitos Especiais	(351)	(322)
Outras Despesas Financeiras	(38.354)	(1.668)
Total	(2.059.572)	(1.802.473)
Margem Financeira	780.197	712.801

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	59.153	57.271
Cartões de Crédito/ Débito	41.265	40.029
Administração de Fundos de Investimentos	18.758	10.468
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	6.914	7.021
Arrecadações e Convênio	11.780	12.188
Cobrança	7.529	7.800
Corretagem de seguros, Previdência e Capitalização	35.911	21.739
Serviços de Custódia	485	427
Outras Receitas de Prestação de Serviços	12.260	15.589
Total	194.055	172.532
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(35.399)	(41.596)
Cartões de Crédito	(18.148)	(21.752)
Correspondente Bancário	(7.828)	(8.446)
Informação Cadastral	(1.978)	(1.558)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(7.445)	(9.840)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(13.953)	(8.880)
Despesas de Corretagem de Seguros	(18.953)	(13.793)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(2.075)	(1.816)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(9.109)	(7.889)
Total	(79.489)	(73.974)
Resultado Líquido	114.566	98.558

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	-	-
Fundos de Investimento	65.177	32.020
Total	65.177	32.020
Despesas		
Instrumento de Dívidas	-	-
Total	-	-
Resultado Líquido	65.177	32.020

26. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	76.823	77.985
Pessoas	109.236	101.116
Total	186.059	179.101
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(81.674)	(74.201)
Pessoas	(35.755)	(37.406)
Total	(117.429)	(111.607)
Resultado de Seguros e Previdência	68.630	67.494

27. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	306.417	333.986
Total	306.417	333.986
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(441.718)	(535.178)
Outras Provisões	(7.356)	782
Total	(449.074)	(534.396)
Resultado Líquido	(142.657)	(200.410)

28. DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2026	30/06/2025
Salários	(154.271)	(167.969)
Encargos Sociais Obrigatórios	(52.915)	(47.764)
Benefícios	(54.239)	(47.460)
Participações Estatutárias no Lucro	(18.801)	(17.171)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(5.513)	(4.972)
Treinamento	(1.229)	(1.248)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(129)	(144)
Remuneração do Conselho Fiscal	(464)	(435)
Total	(287.561)	(287.163)

29. PROVISÕES

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Reversão de Provisões Trabalhistas	-	13
Reversão de Provisões Cíveis	5.806	2.989
Reversão de Provisões Fiscais	-	1.013
Reversão de Provisões Outras	-	-
Total	5.806	4.015
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(7.489)	(8.882)
Contingências Cíveis	(7.310)	(6.368)
Contingências Fiscais	(1.352)	(6.420)
Contingências Outras	(87)	(3)
Total	(16.238)	(21.673)
Resultado das Provisões	(10.432)	(17.658)

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2026	30/06/2025
Contribuição ao Cofins	(48.437)	(43.596)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(9.993)	(9.421)
Contribuição ao PIS/PASEP	(8.141)	(7.308)
IPTU	(813)	(953)
Outras	(387)	(194)
Total	(67.771)	(61.472)

31. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2026	30/06/2025
Depreciações e Amortizações	(65.544)	(57.444)
Serviços Técnicos Especializados	(29.419)	(30.711)
Processamento de Dados	(44.412)	(28.016)
Segurança e Vigilância	(13.571)	(13.034)
Manutenção e Conservação de Bens	(14.282)	(11.496)
Comunicação	(6.533)	(7.149)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(21.336)	(18.246)
Transporte	(5.326)	(5.794)
Água, Energia e Gás	(3.634)	(3.263)
Serviços de Terceiros	(8.942)	(7.904)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(4.816)	(4.459)
Viagens	(1.361)	(582)
Materiais	(1.239)	(966)
Aluguéis(1)	(221)	(1.693)
Seguros	(93)	(127)
Contribuições Filantrópicas	(703)	(740)
Outras Despesas Administrativas	(7.005)	(8.109)
Total	(228.437)	(199.733)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

32. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	30/06/2026	30/06/2025
Outras Receitas		
Ganho de Capital	810	-
Recuperação de Encargos e Despesas	1.413	1.377
Atualizações Monetárias	10.142	7.268
Depósitos Judiciais	10.142	7.248
Outras Atualizações	-	20
Receitas de Aluguéis	441	493
Reversão de Provisões Operacionais	7.703	2.996
Reversão de Provisões - Recursos Humanos	60	1.250
Variações Cambiais Ativas	39	453
Outras Receitas Operacionais	1.482	10.527
Outras Rendas Não Operacionais	202	857
Total	22.292	25.221
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(13.184)	(12.211)
Despesas com Cartões	(459)	(3.251)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	(51)
Perda de Capital	-	(553)
Ressarcimento de Custos	(3.538)	(2.704)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(15.920)	(9.205)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(920)	(452)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(1.685)	(914)
Despesa com Processos Cíveis	(96)	(54)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(924)	(914)
Despesa com Regulação de Seguros	(356)	(357)
Variações Monetárias Passivas	(200)	(76)
Variações Cambiais Passivas	(2)	(58)
Outras Despesas Operacionais	(5.874)	(11.872)
Outras Despesas Não Operacionais	-	-
Total	(43.158)	(42.672)
Resultado Líquido	(20.866)	(17.451)

33. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 30 de junho de 2026 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 221.560 (R\$ 118.793 em 2025), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 347.504.146. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,64 em 30 de junho de 2026 e R\$ 0,38 em 30 de junho de 2025.

34. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 254.106.600 ações ordinárias e 93.397.546 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencentes ao Estado do Espírito Santo.

b. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva para Equalização de Dividendos** - está limitada a 20% do capital social e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Base de Cálculo:		
Lucro do Semestre BRGAAP	226.057	193.767
Reserva Legal	(11.303)	(9.689)
Base de cálculo	214.754	184.078
Total Dividendos e JSCP do Semestre	111.217	82.743
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários	51.217	-
Juros sobre o Capital Próprio	60.000	82.743

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no semestre findo em 30 de junho de 2026 no montante de R\$ 111.217 (R\$ 82.743 em 2025), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 954 (R\$ 608 em 2025), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 110.263 (R\$ 82.135 em 2025), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, *ad referendum* da AGO 2027.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos períodos de 2026 e 2025:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2026	30.000	(257)	29.743	0,086329905
Juros sobre o Capital Próprio intermediários do 1º trimestre/2026	25.882	(222)	25.660	0,074480035
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2026	30.000	(257)	29.743	0,086329905
Juros sobre o Capital Próprio intermediários do 2º trimestre/2026	25.335	(218)	25.117	0,072905183
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	111.217	(954)	110.263	0,320045028

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio intermediários do 1º semestre/2025	37.743	(278)	37.465	0,119473227
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	82.743	(608)	82.135	0,261917571

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 29/06/2026 a Política de Dividendos do BANESTES.

Em conformidade com sua Política de Dividendos, o Conselho de Administração do BANESTES aprovou as seguintes distribuições relativas ao exercício de 2026:

- 15 de dezembro de 2025:

- Calendário 2026: Aprovação do cronograma de pagamentos de JCP mensais para o próximo exercício.

- 23 de março de 2026:

- Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) intermediários, referentes ao 1º trimestre de 2026, no valor bruto unitário de R\$ 0,07448003515 por ação (ON e PN). O valor líquido a ser pago, já considerando a retenção de 17,5% de Imposto de Renda na fonte, será de R\$ 0,06144602900 por ação, excetuando-se dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente isentas ou imunes. O pagamento será realizado no dia 13/04/2026. Terão

direito aos proventos os acionistas posicionados na base acionária ao final do pregão de 26/03/2026. A partir de 27/03/2026, as ações passarão a ser negociadas “ex-direitos”.

- 29 de junho de 2026:

- Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) intermediários, referentes ao 2º trimestre de 2026, no valor bruto unitário de R\$ 0,07290518263 por ação (ON e PN). O valor líquido a ser pago, já considerando a retenção de 17,5% de Imposto de Renda na fonte, será de R\$ 0,06014677567 por ação, excetuando-se dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente isentas ou imunes. O pagamento será realizado no dia 20/07/2026. Terão direito aos proventos os acionistas posicionados na base acionária ao final do pregão de 02/07/2026. A partir de 03/07/2026, as ações passarão a ser negociadas “ex-direitos”.

Os Fatos Relevantes pertinentes aos assuntos estão disponíveis no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

35. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento BANESTES MEZ I FFIDC, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica “Receitas de Prestação de Serviços” na demonstração consolidada do resultado.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

Fundos	30/06/2026	31/12/2025
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	117.605	123.660
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	147.792	150.251
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.570.847	1.396.412
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	29.787	33.188
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	81.634	88.586
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	3.827.383	4.019.649
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	632.249	527.740
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	214.320	201.896
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	374.420	432.316
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	31.654	52.017
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.998	7.586
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	267.402	256.654
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	372.098	362.008
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	4.610	5.386
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	170.122	160.171
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	9.278	8.626
FUNSES FIC FIM	1.061.798	935.536
BANESTES Invest Fácil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	4.770	2.298
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	21.952	20.503
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	17.996	17.574
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	16.099	13.135
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	6.337	5.913
BANESTES Reserva Climática FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	1.203.980	1.145.075
BANESTES Adm. Rec. Terc. - Banestes FIF Banestes Tenax	12.164	12.275
BANESTES Adm. Rec. Terc. - FIF- Banestes FIF Soberano Simples	114.712	107.327
BANESTES Synergy Long Only FIF	7.546	6.274
Total	10.326.553	10.092.056

Em fevereiro de 2026 entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.272/2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A Banestes Asset Management, empresa integrante do SFB, avaliou os potenciais impactos da nova regulamentação sobre os fundos de investimento sob sua gestão que possuem recursos provenientes desse segmento. Não foram identificados, até o encerramento do período analisado, impactos materiais decorrentes da nova regulamentação sobre o volume de ativos sob gestão da Instituição. A Banestes Asset Management permanece acompanhando a evolução das discussões regulatórias e avaliará, de forma contínua, eventuais impactos decorrentes de alterações na regulamentação aplicável.

36. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

36.1 Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade do Plano II de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017. O Regulamento do Plano III está disponível no endereço eletrônico da Baneses: <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-iii>

Foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria Previc n.º 471, de 26/05/2025, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2025, a alteração do Regulamento dos Plano II e III de Aposentadoria. As alterações aprovadas contemplam, principalmente, o aumento do limite máximo da contribuição normal dos Patrocinadores de 9% (nove por cento) para 10% (dez por cento), a partir do mês de competência julho/2025.

No primeiro semestre de 2026, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 10% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES R\$ 8.192 (R\$ 8.506 em 2025). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal. Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

O primeiro semestre de 2026 e o exercício encerrado em 31/12/2025 apresentaram resultado superavitário, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo IAS 19 com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade de a empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

Com base em parecer de atuário independente, a seguir são apresentadas as informações pertinentes aos planos de aposentadoria do BANESTES, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2022 e IAS 19.

Nome do Plano	Planos I e II Aposentadoria	
	30/06/2026	31/12/2025
Períodos findos em		
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	1.365.111	1.294.040
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	500	1.105
3. Custo dos juros	167.061	139.601
4. Fluxo de caixa		
a. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(65.862)	(142.256)
5. Outros eventos significativos	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas financeiras	9.733	21.310
b. Efeito da experiência do plano	(263.179)	51.311
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do período	1.213.364	1.365.111

	30/06/2026	31/12/2025
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	1.685.418	1.604.983
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	206.260	166.895
3. Fluxo de caixa		
a. Contribuição do participante	4.862	10.361
b. Contribuição do patrocinador	3.350	7.294
c. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(65.862)	(142.256)
4. Outros eventos significativos	-	-
5. Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano	-	-
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(92.834)	38.141
6. Efeito da mudança de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do período	1.741.194	1.685.418

	30/06/2026	31/12/2025
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	1.213.364	1.365.111
2. Valor justo do ativo do plano	(1.741.194)	(1.685.418)
3. Situação Financeira do plano	(527.830)	(320.307)
4. Efeito do limite máximo teto do ativo	527.830	320.307
5. Passivo/(ativo) líquido	-	-

	30/06/2026	31/12/2025
D. Componente do custo/(receita) de benefício definido do período		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente deduzido das contribuições de participantes ativos	(4.362)	(9.256)
b. Custo total do serviço	(4.362)	(9.256)
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	167.061	139.601
b. Juros/(rendimento) sobre o valor justo dos ativo do plano	(206.260)	(166.895)
c. Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	39.199	27.294
d. Custo total dos juros	-	-
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(4.362)	(9.256)

	30/06/2026	31/12/2025
E. Componentes do custo / (receita) de benefício definido para o próximo período		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	1.016	999
Custo do serviço corrente bruto	1.016	999
Contribuições esperadas de ativos para próximo período	-	-
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho)/Perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
c. Custo total do serviço	1.016	999
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	80.754	167.061
b. Juros/(rendimento)sobre o valor justo dos ativo do plano	(115.883)	(206.260)
c. Juros/(rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) /passivo oneroso	35.129	39.199
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	1.016	999

	30/06/2026	31/12/2025
F. Movimentação do Passivo Líquido		
1. Passivo/(ativo) líquido no final do exercício anterior	(389.268)	(310.943)
2. Despesa do ano	(4.362)	(9.256)
3. Pagamento de contribuição patrocinadora	(3.350)	(7.294)
4. (Ganhos)/Perdas atuariais do período	160.612	(34.481)
5. Variação no teto do ativo	(39.199)	(27.294)
6. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	-	-
7. Passivo/(ativo) líquido no final do período	(275.567)	(389.268)

	30/06/2026	31/12/2025
Premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,75%	12,24%
2. Taxa de desconto atuarial	8,00%	7,59%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	0,00%	0,00%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,33%	4,32%
5. Taxa nominal de reajuste de benefício	0,00%	0,00%
	30/06/2026	31/12/2025
Premissas para determinar o custo/(receita) de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,24%	10,59%
2. Taxa de desconto atuarial	7,59%	7,37%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	5,36%	4,03%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,32%	3,00%
5. Tábua de mortalidade geral	AT- 2000 Suavizada 30% por sexo	AT- 2000 Suavizada 30% por sexo
	30/06/2026	31/12/2025
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)	36,82	31,37
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 30 anos)	57,02	55,08
	30/06/2026	31/12/2025
Análise de sensibilidade nas Hipóteses		
Taxa nominal de desconto		
1. Taxa nominal de desconto- 1,00%	1.291.146	1.453.953
Premissa da análise	7,00%	6,59%
2. Taxa nominal de desconto+ 1,00%	1.144.552	1.270.191
Premissa da análise	9,00%	8,59%
	30/06/2026	31/12/2025
Fluxos de caixa esperados para os próximos anos		
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	-	-
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-	-
3. Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano		
Ano 1	145.538	145.749
Ano 2	141.446	142.897
Ano 3	137.181	139.873
Ano 4	132.751	136.679
Ano 5	128.165	133.314
Próximos 5 anos	567.391	610.337
	30/06/2026	31/12/2025
Estatísticas dos participantes		
1. Ativos e autopatrocinados		
a. Quantidade	950	972
b. Folha anual de salários de participação	139.057	139.983
c. Salário de participação médio anual	146	144
d. Idade média	49,4	49,1
e. Tempo de serviço médio	23,0	22,8
2. Aposentados e pensionistas		
a. Quantidade	2.465	2.464
b. Benefício médio anual	157.671	116.710
c. Idade média	73,74	69,94

36.2 Assistência à Saúde - O BANESTES também é um dos patrocinadores da Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro BANESTES - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão. No primeiro semestre de 2026, a contribuição mensal da patrocinadora equivaliu a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que correspondeu a R\$ 5.979 (R\$ 4.923 em 2025).

36.3 Outros Benefícios Concedidos a Empregados - O BANESTES e suas empresas controladas oferecem também aos seus empregados outros benefícios, tais como seguro de vida, acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas acima, totalizaram no primeiro semestre de 2026, R\$ 18.305 (R\$ 17.420 em 2025).

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 30 de junho de 2026 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 77.709 (R\$ 41.348 em 2025).

Transação	30/06/2026 Ativos (Passivos)	31/12/2025 Ativos (Passivos)	30/06/2026 Receitas (Despesas)	30/06/2025 Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	(32.684)	(7.631)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(32.684)	(7.631)	-	-
Depósitos à Vista (2):	(23.307)	(18.795)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(23.307)	(18.795)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.981.946)	(5.370.379)	(404.436)	(363.489)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.981.946)	(5.370.379)	(404.436)	(363.489)
Demais Transações (3):	133.164	134.837	5.932	4.777
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(430)	(461)
Companhia Espiritosantense de Saneamento - CESAN (**)	133.164	134.837	9.521	8.109
Prodest Hospedagem Equipamentos TIC em Data Center	-	-	(928)	(928)
Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses	-	-	(2.003)	(1.943)
Caixa De Assistência Dos Empregados Do Sistema Financeiro Banestes - BANESCAIXA	-	-	(228)	-

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	30/06/2026				30/06/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	874	4.447	464	129	825	4.007	436	144
Gratificação Natalina	-	192	-	-	-	139	-	-
Participação nos resultados	96	269	-	-	97	284	-	-
Benefícios pós-emprego	-	133	-	-	-	99	-	-
Plano de pagamentos baseado em ações	25	592	-	-	-	-	-	-
Totais:	995	5.633	464	129	922	4.529	436	144

38. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
BRGAAP	2.504.742	2.411.697	226.057	193.767
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM - PDD	3.718	(4.453)	8.170	(122.192)
Contratos de Arrendamento	-	-	-	-
Efeito Fiscal	(1.673)	1.773	(3.446)	57.271
Outros	4.992	14.214	(9.221)	(10.053)
IFRS	2.511.779	2.423.231	221.560	118.793
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	7.037	11.534	(4.497)	(74.974)

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

39. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo (RTC), instituída pela Emenda Constitucional n.º 132/2023, promove uma grande alteração no sistema tributário nacional. Este novo modelo foi implantado pelas Leis Complementares n.º 214/2025 e n.º 227/2026, que consolidaram as bases do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), além de regulamentarem a atuação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS).

O cronograma de transição estabelece a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao encerramento de 2026, com a substituição integral pela CBS a partir de 2027. Paralelamente, o IBS terá sua implementação iniciada de forma gradual em 2029, culminando na supressão definitiva do ISS até 2032.

No tocante ao setor financeiro, as alíquotas de IBS/CBS seguirão uma progressão escalonada, com início projetado em 10,85% e evolução gradual até atingirem o patamar de 12,50% em 2033. Em contrapartida, estima-se que as tarifas atualmente oneradas pelo ISS experimentem uma redução em suas alíquotas ao longo do mesmo intervalo temporal.

Por fim, o Banco mantém o monitoramento contínuo da evolução normativa e das regras infralegais exaradas pela Receita Federal e pelo CGIBS. Ressaltamos a necessidade de adaptação dos sistemas e processos internos às exigências vigentes a partir de 2026, embora, no presente estágio, ainda não seja possível mensurar com precisão a totalidade dos impactos financeiros decorrentes deste processo de transição.

b. Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC)

b.1 Recolhimento antecipado de contribuições ordinárias

Em 25 de março de 2026, em observância ao Comunicado 05/2026 do FGC, a Instituição realizou o aporte extraordinário de R\$ 126.536 referente à antecipação de 60 (sessenta) meses das contribuições ordinárias mensais.

A liquidação financeira ocorreu mediante a utilização de saldos mantidos em contas de Reservas Bancárias junto ao Banco Central do Brasil, amparada pela regulamentação que permitiu que a totalidade desse valor seja abatida dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista para esta finalidade sistêmica.

O valor recolhido está registrado como Despesa Antecipada no Ativo, sendo amortizado mensalmente à razão de 1/60 (um sessenta avos) contra o resultado do período.

A partir da Base de Cálculo das Contribuições Ordinárias, mensalmente é apurado o valor da despesa de Contribuição Ordinária do mês e é feito um ajuste financeiro junto ao FGC, com pagamento ou recebimento da diferença em relação ao 1/60 que foi pago antecipadamente, de modo que o efeito em resultado decorrente dessa antecipação é nulo.

Destaca-se que essa é uma circunstância sistêmica. Isto é, as instituições associadas ao FGC estão obrigadas a atender aos preceitos do referido comunicado. De acordo com essa regulamentação, a medida tem por finalidade assegurar a solidez patrimonial do FGC e garantir a plena capacidade de cumprimento de suas obrigações, em estrita observância à legislação vigente e às disposições estatutárias.

b.2 Compromissos Adicionais (2027-2028)

Novas antecipações de fluxo de caixa ao FGC estão previstas, conforme cronograma estabelecido no referido comunicado:

- Exercício de 2027: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.
- Exercício de 2028: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.

40. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 12 de agosto de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 12 de agosto de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carlos Artur Hauschild
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Roberto Macedo Fontes
José Marcos Travaglia
Katya Elvira Paste
Marcello Rinaldi
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

Carlos Artur Hauschild
Benedito de Jesus Pimentel
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Rafael Zibetti
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Célia Lúcia Vieira
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Mário Zan Barros
José Roberto Macedo Fontes

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0

www.banestes.com.br



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo

Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“Banestes” ou “Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banestes em 30 de junho de 2026, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o período findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banestes e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das

demonstrações financeiras intermediárias consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das perdas esperadas de operações de crédito

Conforme Notas Explicativas nº 3(d) e 11 das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Principal assunto de auditoria

O Banestes registrou em 30 de junho de 2026, R\$ 476.707 mil de provisão para perdas esperadas de operações de crédito, que compreendem as operações de empréstimos, adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) e para os limites de créditos concedidos e não utilizados.

A provisão de perda esperada é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo, e caso não tenha ocorrido aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, a provisão é baseada na expectativa de perda para 12 meses.

A mensuração da provisão de perdas esperadas é apurada com base em julgamento e premissas baseadas no comportamento histórico de perdas e projeções de perdas esperadas considerando variáveis macroeconômicas.

Devido à relevância das operações de crédito para Banestes e à incerteza significativa envolvida mensuração da provisão de perdas esperadas – principalmente em razão da complexidade dos modelos e da subjetividade e precisão das premissas utilizadas – consideramos este um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, à aplicação das metodologias, à utilização de índices e premissas utilizados pelo Banestes no cálculo das perdas esperadas das operações de crédito;

- avaliação, com base em amostragem, das premissas que suportam a avaliação do Banestes quanto às perdas esperadas das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias, quando aplicável, e inspecionamos as documentações de itens selecionados;

- recálculo, com o envolvimento de nossos especialistas em riscos de crédito, da provisão para perdas esperadas das operações de crédito;

- avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em riscos de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banestes para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo Banestes; e

- avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de perdas esperadas para as operações de crédito, bem como as respectivas divulgações do Banestes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Mensuração das provisões e divulgações dos passivos contingentes – Trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme Notas Explicativas nº 3(I) e 20 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O Banestes é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades com as respectivas provisões registradas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas no montante de R\$160.225 mil. Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e do Banestes, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial. Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados; - obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos; - avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais; - avaliação da suficiência de provisão por meio do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão; e - avaliação das divulgações efetuadas pelo Banestes nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outros assuntos

Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido (Nota explicativa nº 38)

A conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido consolidado ("conciliação BR GAAP e IFRS") das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), incluindo a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banestes, conforme descrito na Nota explicativa nº 38, é apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável. Em nossa opinião, essa conciliação BR GAAP e IFRS foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banestes é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, incluindo a IAS 34 – Interim Financial Reporting, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banestes continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banestes e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banestes e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banestes e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banestes e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banestes e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

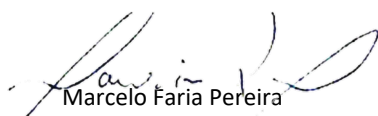
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Primeiro Semestre de 2026

Introdução:

O Comitê de Auditoria, como órgão estatutário do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo S.A., exerce suas atividades em conformidade com a Resolução CMN nº 4.910/2021, com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Banestes S.A., estendendo sua atuação à Banestes Seguros S.A., em conformidade com a Resolução CNSP (Conselho Nacional Seguros Privados) nº 432/2021.

O Comitê de Auditoria é órgão permanente de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando com autonomia e independência na supervisão da qualidade das demonstrações financeiras, da atuação das auditorias interna e independente, da efetividade dos controles internos, da gestão de riscos e da observância das normas legais e regulamentares.

As atividades do Comitê de Auditoria – COAUD são reguladas conforme dispõe o Estatuto Social do Banestes S.A. e pelo Regimento Interno, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião extraordinária realizada em 30/01/2017 e alterações posteriores, sendo a última em 26/04/2021.

O Comitê de Auditoria é de funcionamento permanente e foi instituído visando à observação das melhores práticas de governança corporativa pelo Banestes S.A., composto por 03 (três) membros, sendo que um de seus membros tem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Durante parte do primeiro semestre de 2026, o Comitê permaneceu composto pelos Senhores Mário Zan Barros (Coordenador), Christiano Santos Corrêa e José Roberto Macedo Fontes, sendo que o Senhor Christiano Santos Corrêa apresentou renúncia na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25/05/2026.

O mandato dos membros do Comitê de Auditoria é de 01 (um) ano a contar da data de sua posse, permitida a recondução nos Termos da Legislação em vigor, sendo um deles, coordenador, preferencialmente especialista em contabilidade e finanças, não exercendo outra função no Banestes S.A.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, exercendo suas atribuições de forma consultiva, sem poderes executivos, em estrita observância às competências estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, o

cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos; suas avaliações e atuação baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas do Sistema Financeiro Banestes e dos Auditores Externos.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a atual empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais.

As áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e de elaboração das demonstrações financeiras são subordinadas à Diretoria da Companhia, supervisionadas pelo Comitê de Auditoria.

Atividades do Comitê de Auditoria – Período compreendido entre janeiro e junho de 2026:

No primeiro semestre de 2026, sob a Coordenação do Senhor Mário Zan Barros o Comitê de Auditoria realizou 6 (seis) reuniões ordinárias e 9 (nove) reuniões extraordinárias para apreciação dos assuntos estratégicos relacionados à governança corporativa, auditoria, controles internos, gerenciamento de riscos e demonstrações financeiras do Sistema Financeiro Banestes, contando com a participação de administradores, gestores das áreas técnicas, Auditoria Interna e Auditoria Independente, sempre que necessário.

Destaques das atividades desenvolvidas

- acompanhamento das Demonstrações Financeiras do primeiro semestre de 2026 e do Relatório do Conglomerado Prudencial;
- reuniões com a KPMG Auditores Independentes para análise dos trabalhos de auditoria independente;
- análise e aprovação do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente ao primeiro semestre de 2026;
- acompanhamento da execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT);
- análise dos Relatórios Conclusivos de Auditoria (PAR PRO), com determinação de providências e monitoramento das recomendações expedidas pela Auditoria Interna;
- acompanhamento das comunicações de indícios de ilicitude e dos relatórios provenientes do Canal Institucional de Denúncias;
- acompanhamento das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria do Banestes novembro/2025 a maio/2026;
- análise dos balancetes patrimoniais do Banestes S.A., Banestes Seguros, Banestes Asset, Banestes Corretora, Banestes Loteria e dos Fundos de Investimentos;
- acompanhamento da política de gerenciamento de riscos e dos controles internos;

- análise do Plano de Segurança Cibernética, Plano de Continuidade de Negócios (PCN), Business Impact Analysis (BIA) e Plano de Recuperação de Desastres (PRD);
- acompanhamento dos estudos de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLD/FTP);
- análise dos Relatórios de Avaliação de Efetividade dos processos de PLD/FTP do Banestes S.A., Banestes Asset e Banestes Seguros;
- acompanhamento das providências relacionadas às recomendações da Auditoria Externa e dos órgãos reguladores;
- monitoramento das políticas de gestão de riscos, controles internos e governança corporativa.

Demonstrações Financeiras:

O Comitê de Auditoria analisou os aspectos relacionados ao processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, notas explicativas e relatórios da Administração com data base 30/06/2026, mantendo reuniões com os responsáveis pelas áreas técnicas e com os Auditores Independentes para obtenção dos esclarecimentos necessários.

Com base nas análises realizadas, não foram identificados fatos relevantes que comprometessem a qualidade das demonstrações financeiras ou a adequada aplicação das práticas contábeis adotadas pelo Sistema Financeiro Banestes.

Subsidiárias Integrais Banestes Seguros S.A., Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Banestes Asset), e Banestes Loteria S.A., e empresa controlada, Banestes Administradora e Corretora de Títulos e Capitalização Ltda. (Banescor) - O Comitê de Auditoria analisou a elaboração das Demonstrações Financeiras com o objetivo de observar as práticas contábeis adotadas, bem como a efetividade dos controles internos dessas empresas.

Foram verificadas também as Demonstrações Financeiras dos Fundos administrados pela subsidiária integral, Banestes Asset Management.

Conclusão

O Comitê de Auditoria do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Banestes S.A. que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em riscos a continuidade do Sistema Financeiro Banestes ou pudessem afetar, de forma material a fidedignidade

de suas Demonstrações Financeiras. Procedidas as análises das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP), Demonstrações Financeiras consolidadas em IFRS, e dos relatórios da administração referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026 e considerando as informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, recomendar a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Sociedade.

Vitória (ES), 12 de agosto de 2026.

Mário Zan Barros

José Roberto Macedo Fontes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao Semestre findo em 30 de junho de 2026, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como os Relatórios do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 12 de agosto de 2026

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro

Célia Lúcia Vieira
Conselheira

Eliseu José Fidêncio
Conselheiro

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro

Tamires Endringer Depes
Conselheira

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 12 de agosto de 2026

Carlos Artur Hauschild
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores
e de Finanças